

A LINHA DE CRÉDITO DO BRDE PCS E O FINANCIAMENTO SUSTENTÁVEL: UM CAMINHO POSSÍVEL

RAQUEL BREDAS DOS SANTOS

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV EBAPE)

YUNA FONTOURA

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV EBAPE)

MORGANA G. MARTINS KRIEGER

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Introdução

No intuito de reverter o cenário de crise social e ambiental, é premente que governos e setor privado alinhem as finanças com os objetivos climáticos. Buscando fomentar um desenvolvimento mais sustentável na região, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul optou por utilizar instrumentos creditícios e de investimentos da linha Produção e Consumo Sustentáveis. Esta pesquisa procurou conhecer a experiência dessa instituição financeira de desenvolvimento que, em cenário adverso, busca fortalecer seu papel aliando crescimento econômico, inclusão social e conservação ambiental.

Contexto Investigado

Nacional e internacionalmente, instituições financeiras têm buscado assumir papel de protagonista na transformação para um mundo mais sustentável, inseridas em um contexto de Responsabilidade Social Corporativa e de ESG. Um forte arcabouço tem sido criado para que estas instituições possam autorregular suas ações para além do crescimento econômico. O envolvimento do setor financeiro com questões ambientais teve início com a criação da UNEP-FI (1992), seguida dos Princípios do Equador (2003). No Brasil, têm destaque o Protocolo Verde (1995) e o comprometimento do CMN e do BC com tais temáticas.

Diagnóstico da Situação-Problema

Dados os limites na atuação das instituições financeiras privadas em atuar em prol de um desenvolvimento mais sustentável, bancos nacionais de desenvolvimento apresentam-se como alternativa, pois podem atuar em projetos geralmente preteridos por bancos privados, como projetos econômicos ambientais e socialmente responsáveis. Nesse contexto, buscamos compreender os desafios e motivações para um banco público de desenvolvimento criar estratégias para direcionar crédito para o desenvolvimento sustentável, tendo como estudo de caso o programa “Produção e Consumo Sustentáveis do BRDE (BRDE PCS).

Intervenção Proposta

em 2014, atendendo à Resolução CMN no 4.327/14, o BRDE implantou a sua Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), revisada em 2015. Foram identificados os eixos principais: Implantação da Agenda Ambiental da Administração Pública; Aprimoramento dos mecanismos de Gestão do Risco Socioambiental; e Estruturação de programa de financiamento a projetos de Produção e Consumo Sustentáveis (BRDE PCS). O BRDE PCS tem como objetivo “buscar o desenvolvimento de novos produtos voltados para o apoio creditício à sustentabilidade”, se tornando o programa com maior desempenho entre 2016 e 2020.

Resultados Obtidos

Para além dos resultados dos projetos financiados e financeiros do banco, o programa trouxe outros benefícios, agrupados em duas categorias. A primeira aponta para o fortalecimento institucional do banco, deixando de ser apenas “repassador do BNDES”, estabelecendo suas próprias agendas com maior autonomia. A segunda categoria envolve a abertura do banco para novas fontes de recurso, parcerias e alinhamento com bancos multilaterais, facilitando acesso aos organismos e foros internacionais. Em evento realizado na ONU em 2018, o BRDE PCS foi reconhecido como modelo no setor financeiro brasileiro.

Contribuição Tecnológica-Social

O BRDE PCS demonstra que é possível a um banco financiar esse “novo” tipo de desenvolvimento, embasado em uma visão de longo prazo, cujo conceito é mais amplo e no qual desenvolvimento e meio ambiente deixam de ser considerados como duas realidades antagônicas. Tal transformação é possível pela criação de linha de crédito, sem a utilização de recursos não reembolsáveis ou de fundos externos, um instrumento desenvolvido pelo Banco que contribui para uma política pública relevante. A percepção da relevância da iniciativa do BRDE é compartilhada por todos os stakeholders ouvidos.

Palavras Chave

Financiamento sustentável, Linha de crédito, Produção e Consumo Sustentáveis

A LINHA DE CRÉDITO DO BRDE/PCS E O FINANCIAMENTO SUSTENTÁVEL: UM CAMINHO POSSÍVEL

1. INTRODUÇÃO

O direcionamento da economia brasileira para uma trajetória de desenvolvimento econômico, social e ambientalmente equilibrado e sustentável requer uma maior articulação entre as esferas de governo, empresas privadas e outros grupos sociais, assim como o fortalecimento do papel de cada setor da sociedade. No contexto do desenvolvimento, como agente envolvido no direcionamento dos recursos para atividades produtivas, a comunidade financeira tem importante papel a desempenhar, alinhado com o conceito de finanças sustentáveis (LEMME, 2012). Nesse sentido, o grande desafio dos bancos consiste em relacionar as atividades de fornecedores de recursos do sistema financeiro com a sua capacidade de influir no desenvolvimento sustentável (INFANTE *et al.*, 2010). Para Infante *et al.* (2010), existe uma consciência crescente do papel da análise socioambiental em todas as estratégias do setor financeiro, inclusive na prevenção de riscos e no aproveitamento de novas oportunidades de negócio.

No intuito de reverter o cenário de crise social e ambiental, é premente que governos e setor privado alinhem as finanças com os objetivos climáticos – gerenciar os riscos de estabilidade financeira causados pelas mudanças climáticas; alinhar retornos sociais e privados com investimento verde; mobilizar recursos para investimento, incluindo um grande impulso ao financiamento climático internacional; e tornar as políticas monetárias e de supervisão consistentes com os objetivos de emissões líquidas zero (BHATTACHARYA; STERN, 2021). O mundo das finanças, especialmente o do financiamento do desenvolvimento, parece estar cada vez mais ciente dessa realidade, e os financiamentos cada vez mais associados a necessidades de adaptação às mudanças climáticas.

Com o objetivo de fomentar um desenvolvimento mais sustentável na região onde atua, porém sem recursos subsidiados ou não reembolsáveis disponíveis, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) optou por utilizar instrumentos creditícios nas práticas de crédito e de investimentos da linha Produção e Consumo Sustentáveis (BRDE PCS), reduzindo as taxas (spread) e alongando os prazos de carência e de amortização para projetos que promovem sustentabilidade. Esta pesquisa procurou conhecer a experiência dessa instituição financeira de desenvolvimento que buscou, mesmo em cenário adverso e sem incentivos diretos, fortalecer seu papel no fomento de um crescimento econômico aliando inclusão social e conservação ambiental. Assim, com base no estudo de caso da experiência da criação do Programa BRDE PCS e de mais de cinco anos de sua implementação, a questão que orienta este trabalho é: *como uma instituição financeira pública pode criar uma estratégia que concilie sua sustentabilidade financeira e de fomento do desenvolvimento sustentável?*

O objetivo deste trabalho é compreender, por meio de um caso único, como instituições conservadoras podem adotar modelos de negócio que vão, em princípio, contra a lógica institucional funcional de maximização de lucro (FRIEDMAN, 1970) para fomentar o desenvolvimento sustentável. Utiliza-se da experiência do BRDE para entender as motivações e os desafios na criação da linha de crédito BRDE PCS, bem como para conhecer as estratégias e as opiniões dos técnicos, fornecedores de financiamento e dos clientes que fizeram uso da linha de crédito. Como práticas adotadas pelo Programa BRDE PCS não são difundidas no sistema financeiro, compreender as motivações, os desafios, e os benefícios desse Programa pode ajudar na difusão dessa prática, bem como na identificação de questões que podem ser consideradas para facilitar sua implementação por outras instituições, aumentando a disponibilidade de recursos que apoiem o alcance de um desenvolvimento mais sustentável no País.

2. CONTEXTO INVESTIGADO

Ao longo do século XX, a preocupação com desempenho econômico-financeiro permaneceu proeminente no contexto de negócios e investimentos, sempre centrada nos ganhos dos *shareholders*. Em oposição, a realização de práticas de responsabilidade social era considerada prática ilícita, trazendo impactos negativos na rentabilidade (CARLOS; MORAIS, 2021). As raízes da Responsabilidade Social Corporativa (RSC) remontam ao período prévio à Segunda Guerra Mundial, com algum discurso limitado na década de 1950, mas especial atenção para o livro *Social Responsibilities of the Businessman* de Bowen (1953), que se tornou referência (CARROLL; SHABANA, 2010). Bowen (1953) baseou seu argumento no fato de que, no curso de suas operações, as corporações tomam decisões que impactam o meio ambiente, portanto, devem ser responsáveis por mitigar esse impacto. Nos últimos anos, argumentos contrários e a favor são articulados em torno da temática. Os contrários vão na linha econômica de que a primeira responsabilidade do empresário é a maximização do lucro; já os favoráveis variam desde questões climáticas que permitam a viabilidade da empresa no longo prazo, a evitar a regulamentação do governo, gerando menos custo e sendo mais prático para a empresa (CARROLL; SHABANA, 2010)

Com o passar dos anos, o conceito de RSC passou de filantropia para abranger todas as relações da empresa com seus funcionários, clientes, fornecedores, acionistas, concorrentes, organizações públicas e privadas e reguladores, ou seja, todas as partes interessadas (em inglês, todos os *stakeholders*), bem como com o meio ambiente (ABE; RUANGLIKHITKUL, 2013). Mais recentemente, o conceito e atuação de RSC evoluiu para o modelo Ambiental, Social e Governança (ASG), modelo previsto pela primeira vez em 2004 em relatório criado por 20 instituições financeiras em resposta a um chamado de Kofi Annan, então Secretário-Geral das Nações Unidas (GILLAN; KOCH; STARKS, 2021). Enquanto RSC tradicionalmente se refere às atividades das corporações buscando serem mais socialmente responsáveis, a nova agenda ASG incluía o tema da governança de forma explícita, estando esta relacionada a considerações ambientais e sociais.

Vale destacar que o envolvimento do setor financeiro com questões ambientais no âmbito da governança global ambiental teve início na Cúpula da Terra, realizada no Rio de Janeiro em 1992. Nesse evento foi criada a Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (*United Nations Environment Program Finance Initiative – UNEP FI*), parceria entre o PNUMA e o setor financeiro global para mobilizar o financiamento do setor privado para o desenvolvimento sustentável. Em 2003, no Fórum Econômico Mundial, 101 organizações assinaram a Declaração Collevocchio, pressionando as instituições do setor financeiro a aprimorarem suas políticas relacionadas à alocação de recursos de forma a promover o desenvolvimento sustentável (WAJNBERG, 2008). Nesse mesmo ano, dez bancos internacionais criaram os Princípios do Equadorⁱ, os quais estabelecem padrões de autorregulação para determinação, avaliação e gerenciamento de riscos ambientais e sociais em projetos, elaborados com base no arcabouço de políticas e padrões ambientais e sociais da Corporação Financeira Internacional (*International Finance Corporation - IFC*), braço do Banco Mundial (BRAGA, 2014; WAJNBERG; LEME, 2009).

Em 2008, a *Global Reporting Initiative* (GRI) publicou um Suplemento para o Setor de Serviços Financeiros, o qual contém um conjunto de padrões para divulgação para uso por todas as organizações do setor de Serviços Financeiros. Em 2015, os Ministros das Finanças e Governadores dos Bancos Centrais dos países que integram o G20 estabeleceram uma força-tarefa para analisar como o setor financeiro poderia levar em conta as questões relacionadas a clima. A Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima (*Trade-related Climate Financial Disclosure - TCFD*) foi encarregada de desenvolver recomendações para permitir a divulgação de informações claras, comparáveis e consistentes sobre riscos e oportunidades de negócios associados às mudanças climáticasⁱⁱ.

Por fim, ainda no cenário global, em 2021 foi lançada a *Glasgow Financial Alliance for Net Zero* (GFANZ), iniciativa focada em ampliar, aprofundar e aumentar as ambições *net-zero*ⁱⁱⁱ em todo o sistema financeiro e demonstrar os compromissos coletivos das empresas em apoiar empresas e países para alcançar as metas do Acordo de Paris. Especificamente dedicada a bancos, a *Net-Zero Banking Alliance* reúne bancos em todo o mundo, que representam mais de 40% dos ativos bancários globais, comprometidos em alinhar suas carteiras de empréstimos e investimentos com emissões líquidas zero até 2050. Bradesco e Itaú Financeira tornaram-se membros da Aliança no mesmo ano da sua criação.

No Brasil, a elaboração dos instrumentos sustentáveis em instituições financeiras tem início com o Protocolo Verde, assinado em 1995, que se destaca por ser uma iniciativa em que as próprias instituições bancárias assumiram o compromisso de cumprir com um conjunto de medidas para a promoção de um desenvolvimento justo e sustentável, entre elas o não financiamento de projetos e empreendimentos potencialmente causadores de significativa degradação ambiental (BRAGA, 2014). Criado por um grupo de trabalho do Governo Federal, o protocolo foi assinado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Banco do Brasil; Banco do Estado da Amazônia; Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste do Brasil. Em 2014, por meio da Resolução nº 4.327, o Conselho Monetário Nacional (CMN) estabeleceu as diretrizes para o estabelecimento e implementação de políticas de responsabilidade socioambiental a serem seguidas pelas instituições financeiras e outras organizações autorizadas a operar no Brasil (BCB, 2014). A Resolução representou “a passagem de um ambiente autorregulatório para um ambiente regulatório, dotado de interesse público” (BERTONCELLO; CARNIO, 2017, p. 94) e consolidou iniciativas pontuais que vinham buscando incorporar o risco ambiental nas decisões de financiamento de instituições bancárias (NOGUEIRA; ZUCHI; IMBROISO, 2015).

Em 2020, o Banco Central do Brasil (BCB) aderiu à Rede para o “Esverdeamento” do Sistema Financeiro (*Network for Greening the Financial System - NGFS*), criada em 2017 com o propósito de facilitar a troca de experiências para mitigação de riscos socioambientais e climáticos e de mobilizar financiamento para apoiar a transição para uma economia sustentável. Em 2022, o BCB integrou o Comitê Diretor da NGFS. Porém, em 2021 o Brasil já se tornava um dos países que apoiam o uso das recomendações da TCFD quando o BCB anunciou requisitos obrigatórios de divulgação alinhados à força-tarefa. Na mesma ocasião, o BCB ainda divulgou normativos que estabelecem regras para a elaboração de Políticas de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática e para o fortalecimento das estruturas de gerenciamento de riscos para as instituições do Sistema Financeiro Nacional. Por fim, também em 2021 o ISE B3 anunciou sua 17ª carteira, com 8 instituições financeiras, e foi a primeira selecionada por meio de uma metodologia que considerou informações de duas fontes, sendo uma delas o resultado das empresas no CDP 2021^{iv}, incorporando informações referentes à dimensão Mudança do Clima.

3. Diagnóstico da Situação-Problema

É possível verificar, pelas várias iniciativas criadas desde que o tema de RSC começou a ser introduzido nas agendas das empresas e das instituições, que muito se avançou na incorporação da preocupação com os impactos sociais e ambientais dos processos produtivos e das decisões de investimento. Recentemente, as evidências dos efeitos das mudanças climáticas imprimiram um sentido de urgência e estimulam governos, setor privado e a sociedade civil a adotarem novas medidas para promover maior responsabilização e controle, principalmente com relação à transparência de informações relacionadas a riscos ambientais e climáticos de investimentos e financiamentos (BATTACHARYA; STERN, 2021). Nesse sentido, as instituições financeiras são instadas a, não apenas avaliar com maior rigor os projetos a serem

financiados em relação a potenciais impactos, como buscar alocar os recursos, muitas vezes escassos, em ações que tenham maior diferencial na promoção da sustentabilidade.

Mesmo assim, é importante considerar a ambivalência existente na relação entre o setor financeiro e o desenvolvimento sustentável. Se, de um lado, o setor financeiro apoia o desenvolvimento sustentável por meio de empréstimos e investimentos, também foi a causa de uma crise financeira, com enormes impactos nos níveis nacional e global (OLAF, 2019). Por exemplo, relatório recentemente publicado explora os limites dos Princípios do Equador em lidar com a crise climática e colocando em risco os objetivos do Acordo de Paris^v, permitindo o financiamento contínuo de grandes projetos de carvão, petróleo e gás (GREEP, 2021). Nesse cenário, não há dúvida de que as instituições financeiras comerciais são fundamentais para a mobilização de recursos para o setor. No entanto, a contribuição potencial dessas é limitada por falhas generalizadas do mercado financeiro e por seus padrões pró-cíclicos de empréstimos e foco na lucratividade de curto prazo.

À vista disso, os bancos nacionais de desenvolvimento, de propriedade parcial ou total do Estado, podem oferecer uma alternativa (UNCTAD, 2012). Bancos de desenvolvimento atuam em projetos que requerem financiamento, mas que inspiram alta incerteza quanto a seu sucesso futuro, sendo por isso preteridos pelo sistema financeiro privado (FERRAZ; ALÉM; MADEIRA, 2013). São setores/projetos altamente complexos e comumente caros, que exigem expertise sofisticada para avaliação, e que podem gerar externalidades positivas e/ou nos quais prevalecem retornos sociais sobre os retornos privados. Encaixam-se nesse grupo projetos econômicos ambiental e socialmente responsáveis – como o desenvolvimento de fontes alternativas de energia e outras iniciativas de “economia verde”^{vi}.

Neste sentido, Hermann (2010, p. 11) afirma que a “incompletude do mercado aponta como papel essencial de um banco público a provisão de crédito aos setores desassistidos e estratégicos para o desenvolvimento, sob condições viáveis, isto é, não inibidoras do investimento”. O direcionamento de crédito pode ser compreendido como um instrumento de política pública para direcionar recursos financeiros para setores e atividades de interesse, com taxas diferenciadas (BARROS; SILVA; OLIVEIRA, 2018). Em todo o mundo, “o Estado direciona o crédito – bancário ou não-bancário – segundo prioridades políticas, até mesmo com a mobilização de poupança fiscal ou parafiscal” (TORRES FILHO, 2006, p. 37). No Brasil, o direcionamento de crédito é “um dos mecanismos principais de presença do Estado no sistema financeiro”, juntamente com políticas voltadas “à regulação prudencial (Regras de Basileia e órgãos diretivos internacionais), encaixe obrigatório e depósitos compulsórios, e garantias de depósitos” (BARROS; SILVA; OLIVEIRA, 2018, p. 11).

Pesquisas sobre políticas adotadas por outros bancos brasileiros, tanto públicos como privados (ALMEIDA; JUNIOR; COSTA, 2017; INÁCIO; DELAI, 2017; INFANTE *et al.*, 2010) revelaram que ações apresentadas por essas instituições como socioambientais são, em boa parte, relacionadas a práticas de gestão, trabalhistas, voluntariado e outras. Observou-se que o financiamento de projetos com adicionalidades socioambientais ou “ecoeficientes” está, normalmente, vinculado a iniciativas de curta duração ou repasse de recursos de programas governamentais. Nesse contexto, como um banco público de desenvolvimento pode criar estratégias para direcionar crédito para o desenvolvimento sustentável?

Para investigar esta situação problema, tendo por base a pergunta de pesquisa apresentada, esse trabalho está baseado em um estudo de caso único, com foco na implementação do programa de financiamento a projetos de Produção e Consumo Sustentáveis do BRDE (BRDE PCS). Esse caso foi escolhido pela proximidade de uma das autoras da criação e implementação do programa, facilitando o acesso aos dados e às pessoas envolvidos nesse processo, e pela relevância do mesmo, reconhecido como um modelo pela Rede Brasil do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU).

Os dados foram coletados em duas etapas. Inicialmente, foram coletados e analisados os relatórios de administração e de sustentabilidade publicados pelo BRDE, entre 2012 e 2020. No período 2012-2015, foram levantadas as iniciativas de responsabilidade socioambiental, bem como aquelas relacionadas ao papel do BRDE de instituição de fomento do desenvolvimento na região, de modo a melhor compreender a base institucional e regulatória em que se deu a criação do BRDE PCS. Posteriormente, procedeu-se à análise das informações sobre o desempenho do BRDE PCS entre 2016 e 2020, assim como sobre sua evolução no contexto operacional e no ambiente político-institucional do Banco.

Na segunda etapa, foram realizadas e analisadas entrevistas individuais semiestruturadas com vários stakeholders, os quais forneceram diferentes perspectivas sobre os elementos da questão que se buscou pesquisar. A escolha dos entrevistados considerou as funções ocupadas pelos profissionais dentro de suas respectivas instituições, envolvidos nos processos de planejamento, decisórios, e de execução de atividades atinentes ao Programa BRDE PCS. As entrevistas foram realizadas com os seguintes grupos de *stakeholders*: dirigentes e gerentes do BRDE (3 entrevistas com dirigentes, com códigos D1-D3 e 4 entrevistas com gerentes, com códigos G1-G4); empresários e gestores municipais que se tornaram clientes do programa (3 entrevistas, com códigos C1-C3); e gestores de instituições que proveram fundos para o Programa BRDE PCS (3 entrevistas, com códigos F1-F3).

As entrevistas seguiram roteiro incluindo perguntas sobre: as motivações para a criação do Programa BRDE PCS; o papel de uma instituição financeira no contexto de responsabilidade socioambiental; os desafios enfrentados pelo BRDE com a criação de uma linha de financiamento para projetos voltados à sustentabilidade; e, por fim, os benefícios resultantes da criação da linha BRDE PCS. As entrevistas foram realizadas durante os meses de janeiro e de fevereiro de 2022, em modo *online*, com o uso das ferramentas Teams®, da Microsoft, sendo as gravações em seguida transcritas, para posterior análise de conteúdo.

Análise de conteúdo foi utilizada para analisar os documentos e entrevistas, buscando compreender as percepções dos atores e as motivações que levaram à adoção de um modelo de negócio que contraria, em princípio, a lógica institucional tradicional de uma instituição financeira, a maximização do lucro (FRIEDMAN, 1970), mas que fortalece a atuação do Banco como promotor de um desenvolvimento mais sustentável.

4. INTERVENÇÃO PROPOSTA: MECANISMOS ADOTADOS PARA SOLUCIONAR O PROBLEMA

4.1 Histórico do BRDE em Sustentabilidade

Em 2001 foi criado o Projeto BRDE Responsabilidade Socioambiental, com o objetivo de promover a participação dos funcionários em práticas éticas e sociais, de modo que as ações institucionais com impactos sociais positivos ganhariam impulso, fomentando um novo modelo de gestão no Banco (BRDE, 2015). Desde 2002 o BRDE vem publicando Balanços Sociais anuais e, até 2011, os relatórios corporativos do Banco abordavam principalmente o desempenho operacional, econômico e financeiro da instituição, seguindo a normativa dada pela Resolução CMN nº 3.786/09 (BCB, 2009). O Relatório da Administração 2011 se destaca por incluir, pela primeira vez, um capítulo sobre Responsabilidade Social, no qual o BRDE declara diferenciar-se por ser uma instituição que apoia e executa políticas públicas que promovem o desenvolvimento econômico e social da sua região de atuação (BRDE, 2012). Em 2012, o BRDE publicou o relatório “Especial Sustentabilidade”, enfocando a mesma atitude operacional que consta no Relatório de Administração, porém sob um ponto de vista que estrutura ações e resultados segundo o conceito de desenvolvimento sustentável (BRDE, 2013). O Relatório Administrativo 2012 incluiu um levantamento de financiamentos em ações com diferencial de sustentabilidade ambiental realizados pelo BRDE entre os anos de 2005 e 2012, apresentando um montante de R\$ 471 milhões (Quadro 1).

Quadro 1 - Financiamentos em Sustentabilidade Ambiental 2005-2012

Área	Valor Contratado (em R\$ milhões)	%
Energias Alternativas	276,5	58,32
Indústria da Reciclagem	112,6	23,75
Programa ABC	69,1	14,57
Destinação Ambientalmente Correta de Resíduos	8,9	1,88
Sistema de Tratamento de Efluentes	5,5	1,16
Serviços Ambientais	1,5	0,32
Total	471,1	100

Fonte: Adaptado de BRDE, 2013.

Em 2013, além do Relatório Socioambiental, o Relatório de Administração passa a incluir um novo capítulo sobre Responsabilidade Ambiental (BRDE, 2014). Nele, o Banco relatou o desenvolvimento do Programa BRDE Produção Mais Limpa, que visa a beneficiar projetos que atendam às necessidades de redução do impacto ambiental decorrente do processo produtivo e de consumo dos setores privado e público, em acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e legislações específicas. O Relatório 2013 destaca ainda a adesão do BRDE ao Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade – Objetivos do Milênio das Nações Unidas e ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU). No Relatório Socioambiental 2014 (BRDE, 2015), o BRDE reporta que, em atendimento à Resolução CMN nº 4.327/2014, concluiu e instituiu a sua Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA). Com o intuito de implementar tal política, o Banco adotou, ao longo dos três anos anteriores, metodologias que orientassem o planejamento e o desenvolvimento de ações no âmbito da Responsabilidade Socioambiental. Em 2013, o BRDE respondeu ao questionário dos Indicadores Ethos de Responsabilidade Social e, em 2014, utilizou a metodologia do Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis (3ª Geração) (BRDE, 2015).

O Relatório Socioambiental 2015 trouxe destaques relevantes, no que pode ser considerada uma inflexão da atuação do BRDE às questões ASG: a Revisão da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) do BRDE e elaboração do Plano de Ação, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.327/2014; a adesão à Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)^{vii}; e a criação do Programa BRDE PCS (BRDE, 2016). Em função da Resolução CMN nº 4.327/2014, foram introduzidas importantes mudanças institucionais e de governança. Ademais, a Superintendência de Planejamento passou a denominar-se Superintendência de Planejamento e Sustentabilidade; foi criada a Superintendência de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*; foi criada a Coordenadoria de Responsabilidade Socioambiental, diretamente vinculada à Superintendência de Planejamento e Sustentabilidade. Em 2016, o Banco publicou pela primeira vez seu Relatório de Administração e Socioambiental, elaborado de forma unificada e reunindo conteúdos de gestão administrativa e ações socioambientais. A partir do Relatório de 2016, o Banco passou a incluir entre seus Valores institucionais o “Compromisso com o Desenvolvimento Sustentável da Região” e o “Apoio a iniciativas que visem à geração de emprego e renda, agregando benefícios econômicos, sociais e ambientais em sua região de atuação” (BRDE, 2017, p. 11).

4.2 Histórico do Programa BRDE PCS

Em 2014, atendendo à Resolução CMN nº 4.327/14, o BRDE implantou a sua Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), com a definição de um conjunto de princípios, diretrizes e estratégias, a qual foi revisada em 2015. Como resultado desse processo, foram identificados os eixos principais a serem trabalhados pelo Banco: 1 - Implantação da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P); 2 - Aprimoramento dos mecanismos de Gestão do Risco Socioambiental; e 3 - Estruturação de programa de financiamento a projetos de Produção

e Consumo Sustentáveis (BRDE, 2016). Tais eixos foram estabelecidos, segundo depoimentos de dirigentes e funcionários, por meio de ampla discussão, inclusive pelas diferentes interpretações da Resolução CMN nº 4.327/14. Embora a Resolução tenha estabelecido que a “PRSA deve conter princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas” (BCB, 2014), os principais focos da orientação do texto eram relacionados ao gerenciamento do risco socioambiental e à “Estrutura de governança compatível com o seu porte, a natureza do seu negócio, a complexidade de serviços e produtos oferecidos, bem como com as atividades, processos e sistemas adotados, para assegurar o cumprimento das diretrizes e dos objetivos” (BCB, 2014). No entendimento de parte dos dirigentes e funcionários, entretanto, o “mandato” da Resolução cobriria tanto o gerenciamento do impacto direto da instituição sobre o meio ambiente e as pessoas (eixo 1), como o gerenciamento da “possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais” (BCB, 2014) (eixo 2), mas deveria estender-se à estruturação de um programa de financiamento a projetos de Produção e Consumo Sustentáveis (eixo 3). Seguindo os três eixos principais definidos, o Plano de Ação definiu programas e subprogramas (Quadro 2).

Quadro 2 – Eixos, programas e subprogramas da PRSA BRDE

Eixos	Programas ou Subprogramas
Eixo 1 - Implantação da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)	1) Programa do Uso Racional dos Recursos; 2) Programa de Gestão de Resíduos; 3) Programa de Acessibilidade; 4) Programa de Compras Sustentáveis; 5) Programa de Divulgação de Boas Práticas Socioambientais junto às Comunidades Interna e Externa
Eixo 2 - Aprimoramento dos mecanismos de Gestão do Risco Socioambiental	1) Programa para adoção de Critérios Socioambientais na análise de crédito e atribuição do Nível de Risco das operações; 2) Programa para acompanhamento e gestão dos aspectos socioambientais da Carteira de Créditos.
Eixo 3 - Estruturação de programa de financiamento a projetos de Produção e Consumo Sustentáveis	Programa: Financiamento a Projetos de Produção e Consumo Sustentáveis Subprogramas: 1) Energias Limpas e Renováveis; 2) Uso Racional e Eficiente da Água; 3) Gestão de Resíduos e Reciclagem; 4) Agronegócio Sustentável; e 5) Cidades Sustentáveis.

Fonte: Elaborado pelas autoras com base na Resolução DIREC/BRDE nº 2.411/2015 (2015).

O Programa de Financiamento a Projetos de Produção e Consumo Sustentáveis (PCS) tem como objetivo “buscar o desenvolvimento de novos produtos voltados para o apoio creditício à sustentabilidade”, tendo como objetivos específicos a realização de “levantamento de produtos e oportunidades relacionados com ações voltadas para a sustentabilidade socioambiental, buscando determinar a conveniência e possibilidade de atuação com esses produtos” e a submissão “às alçadas decisórias os levantamentos realizados para avaliação e, eventualmente, estabelecer novos produtos” (DIREC/BRDE, 2015). Segundo informações dos funcionários e dirigentes entrevistados, os Subprogramas do BRDE PCS (Quadro 2) foram escolhidos em função das principais áreas já atendidas pelo Banco, conforme levantamento realizado em 2015 com base nos 10 anos anteriores.

5. RESULTADOS OBTIDOS

A partir do Relatório de Administração e Socioambiental 2016, o item Destaques Operacionais passa a apresentar uma tabela com o desempenho operacional e financeiro por Programas de Desenvolvimento, onde o BRDE PCS se destaca como o primeiro lugar entre os programas do Banco desde sua criação até o último relatório divulgado, de 2020. Nos Relatórios de 2017 até 2020, o Subprograma “Energias Limpas e Renováveis” do BRDE PCS passa a apresentar em separado os itens “Geração e Transmissão” e “Eficiência Energética”. Já no Relatório 2020, aparece a inclusão de um novo Subprograma, de “Cidades Sustentáveis”. Os Relatórios de Administração e Socioambiental de 2016 a 2020 demonstram que o Programa

BRDE PCS não apenas mostrou um bom desempenho desde sua criação, como foi o primeiro em desempenho operacional e financeiro em todos os anos, como pode ser visto no quadro 3.

Quadro 3 - Desempenho operacional e financeiro dos principais Programas de Desenvolvimento do BRDE no período de 2016 a 2020

Programas De Desenvolvimento	Jan-Dez 2016 (R\$ mil)	Jan-Dez 2017 (R\$ mil)	Jan-Dez 2018 (R\$ mil)	Jan-Dez 2019 (R\$ mil)	Jan-Dez 2020 (R\$ mil)	Total 2016-2020 (R\$ mil)	% total
BRDE/PCS	285.680	482.035	343.934	568.119	586.385	2.266.153	47,16%
BRDE/PCS/Energia-Energias Limpas E Renováveis	246.733	413.400	266.150	421.348	288.071	1.635.702	
BRDE/PCS – Agropecuária Sustentável	24.319	34.517	41.783	47.401	90.489	238.509	
BRDE/PCS Uso Racional Da Água	9.442	13.200	25.108	4.113	16.051	67.914	
BRDE/PCS Energia-Eficiência Energética	4.567	15.359	7.083	73.679	94.226	194.914	
BRDE/PCS Resíduos E Reciclagem	619	1.191	3.300	21.578	19.583	46.271	
BRDE/PCS Indústria E Comércio Sustentáveis	-	4.368	510	-	1.089	5.967	
BRDE/PCS Cidades Sustentáveis	-	-	-	-	76.856	76.856	
BRDE/Municípios	145.414	27.042	265.618	153.099	261.880	853.053	17,75%
BRDE /Inova	103.692	83.834	187.249	215.835	88.664	679.274	14,14%
BRDE /Microfinanças	40.000	-	-	-	-	40.000	0,83%
BRDE Desenvolve Sul	-	1.000	109.687	337.045	-	447.732	9,32%
BRDE Recupera Sul	-	-	-	-	518.866	518.866	10,80%
Total	574.786	593.911	906.488	1.274.098	1.455.795	4.805.078	

Fonte: elaborado pelas autoras com base nos Relatórios de Administração e Socioambientais do BRDE 2016 a 2020.

O levantamento do período anterior à criação do BRDE PCS identificou que, embora não de modo estruturado, o Banco já adotava iniciativas voltadas a fomentar empreendimentos com diferencial de sustentabilidade. Entretanto, o crédito do BRDE que utilizava algum mecanismo de direcionamento (BARROS; SILVA; OLIVEIRA, 2018) era limitado às linhas de financiamento das fontes de recursos do Banco, especialmente do BNDES. Em 2014, 91,4% das contratações do BRDE tinham como fonte recursos o Sistema BNDES^{viii} (BRDE, 2015). O BRDE, nesse sentido, era apenas o repassador dos recursos de linhas existentes, o que limitava bastante sua liberdade de atuação. Segundo funcionários do Banco, uma avaliação sobre o quanto havia sido investido pelo Banco nos 10 anos anteriores ao lançamento do BRDE PCS, nos mesmos componentes, resultou em um investimento total de R\$ 1 bilhão. Esse mesmo montante foi dobrado no período analisado do BRDE PCS, o que foi muito importante para verificar que o incentivo era atrativo.

5.1 Percepção dos *stakeholders*

A preocupação do Banco em fomentar ações que visavam a harmonizar os objetivos econômicos com os de sustentabilidade ambiental era presente para os funcionários do Banco mesmo antes do BRDE PCS, conforme verificado nas entrevistas, mas “a atuação do Banco era desestruturada e pontual” (G1). Sobretudo, essas iniciativas derivavam não de iniciativa do próprio Banco, mas eram criadas “a partir das agendas do BNDES” (G2). Essa percepção de apoio do BRDE a ações ambientalmente corretas é compartilhada pelos clientes, que consideram que o Banco sempre “cumpru seu papel de indutor” (C1 e C2) de empreendimentos que visavam à melhoria ambiental da região. A seguir, são apresentados os resultados das entrevistas, organizados em função das questões orientadoras e dos objetivos do trabalho. Em cada categoria analisada, são apresentadas as principais opiniões,

ressaltadas as principais convergências e divergências, bem como pontos considerados relevantes para o contexto e as conclusões.

i) Papel de instituições financeiras no fomento à responsabilidade socioambiental

Inicialmente, é necessário pontar que todos os entrevistados responderam positivamente quando questionados se instituições financeiras deveriam fomentar a responsabilidade socioambiental, condição relevante para a implantação do BRDE PCS. Um entrevistado (P1) foi enfático em sua manifestação, afirmando que a instituição financeira que não exercer a função de fomento da sustentabilidade “não tem futuro” e que os bancos públicos têm não apenas a obrigação, mas as condições para fazê-lo. Um dos dirigentes (D3) manifestou a opinião de que a grande maioria dos bancos transfere para a sociedade suas responsabilidades socioambientais e que o BRDE “saiu da zona de conforto e foi além”. Essa manifestação revela uma crítica ao sistema financeiro e a ideia de que o exercício da responsabilidade socioambiental exige esforço adicional ao trabalho de um banco.

Alguns entrevistados levantaram a questão do equilíbrio necessário entre a necessidade e a importância da geração de lucro, como meio necessário para a sobrevivência da instituição no longo prazo, e o exercício do papel de agente de fomento público, cujo propósito maior deve ser contribuir para o desenvolvimento: “Essa discussão do B e do D é uma discussão recorrente ao longo do tempo no BRDE. Fazer coisas que sejam minimamente lucrativas ou que caibam na questão do Banco. Então, esse é um debate muito presente no Banco, divide colegas, para um lado e para outro” (Entrevistado G1); “Lucro é importante ..., mas é preciso focar na missão, precisa ter um projeto” (Entrevistado G3). O entrevistado G4 apresenta um ponto de vista mais “bancário”, quando concorda que o papel de um banco de fomento público é criar condições para o financiamento de projetos de desenvolvimento, porém “deve ser financeiramente sustentável”.

ii) Principais motivações para a criação do BRDE PCS

As motivações identificadas pelos *stakeholders* para a adoção do Programa BRDE PCS podem ser categorizadas em sete categorias principais, que assumem tanto cunhos morais quanto econômicos e até pessoais. Inicialmente, a categoria mais relevante apontada pelos respondentes foi a de cumprir com o papel de um banco público de desenvolvimento, indo além do crescimento econômico para buscar impactos sociais e ambientais, atendendo aos objetivos estatutários do BRDE, corroborando com o que foi identificado na seção anterior: “Um banco público tem elementos adicionais que não são apenas a entrega de crédito a longo prazo e resultados operacionais positivos. [...] E acho que essa questão da sustentabilidade [...] socioambiental de nossos atos e trazer reflexos sociais são a preocupação maior” (Entrevistado D3). Em seguida, duas motivações que apareceram com semelhante relevância dentre os entrevistados foi a de melhorar a imagem do banco e demonstrar o seu comprometimento com a causa do desenvolvimento sustentável, sendo um Banco que “pratica o que prega”; e a de aproveitar uma demanda de mercado que possibilitasse atração de novos *fundings*, tendo em vista a redução de recursos do BNDES.

Três categorias de motivação apareceram o mesmo grau de importância para os entrevistados: a de criação de uma identidade do Banco, diferenciando- das demais instituições financeiras; a de estruturar e organizar uma atuação que já vinha sendo realizado, vinculando a política de concessões a um programa relevante; e a própria agenda e convicções pessoais dos dirigentes: “O corpo gerencial tem a preocupação de, de fato, ser relevante para a sociedade, ser relevante para os governos, no sentido de sobrevivência do Banco” (Entrevistado G2). O elemento da personificação da vontade dos dirigentes na estratégia de sustentabilidade nem sempre foi apontado com bons olhos, sendo apontado pelo mesmo respondente que: “É brinquedo de diretor” (Entrevistado G2).

Por fim, com o menor grau de relevância para os entrevistados, aparece a adaptação para atender ao disposto na Resolução CMN no 4.327/14 (BCB, 2014). É muito interessante notar que apenas um dos entrevistados tenha citado a Resolução do Conselho Monetário Nacional como motivador, quando o histórico de criação do Programa BRDE PCS deixa claro que ele foi um dos eixos do Plano de Ação da PRSA do Banco, estabelecida em atendimento ao disposto na citada Resolução.

iii) Desafios e soluções encontradas pelo BRDE no financiamento de projetos sustentáveis

O objetivo desta linha de questionamento foi conhecer a opinião dos entrevistados do BRDE sobre os principais desafios enfrentados na adoção do Programa BRDE PCS, tanto no contexto do processo decisório como na operacionalização do programa, tendo em vista que foi uma prática bancária inovadora. Os principais desafios citados se referiram à necessidade de adoção de novos procedimentos e a um possível aumento da burocracia, o que demandaria treinamento de funcionário, mudança da cultura e postura institucional e o convencimento das estruturas operacionais. Os dirigentes demonstraram preocupação com o adequado gerenciamento das mudanças necessárias com a introdução do novo programa e procuraram antecipar eventuais dificuldades com a negociação de assistência técnica, especialmente dos novos provedores de *funding* para o BRDE PCS. Com o tempo, segundo os dirigentes e funcionários entrevistados, “o banco aprendeu a trabalhar, se mostrou melhor do que se acreditava e alcançou outro patamar” (Entrevistado G3). Um dos dirigentes mencionou que a Resolução nº 2.426/2015, que aprovou a criação do Programa BRDE PCS, concedeu às áreas operacionais certa autonomia na avaliação e concessão dos empréstimos, o que foi bem recebido pelos funcionários dessas áreas: “A ideia de que eles poderiam negociar taxas e prazos sem ter que perguntar para a Diretoria foi muito atrativa para eles. [...] Isso dava uma carta branca para negociar. Eles, os técnicos, tinham o poder de negociar” (Entrevistado D1)

O segundo grupo de desafios trazidos pelos entrevistados se remete a questões econômicas, de sustentabilidade financeira dos programas. Estes desafios envolviam uma preocupação com abrir mão do *spread* do Banco, o que é possível de compreender já que os bancos públicos que não dispõem de depósito à vista dependem sobretudo do resultado operacional de seus financiamentos para se manterem funcionando. No primeiro caso, utilizar o levantamento das linhas já trabalhadas pelo banco nos anos anteriores como base para a definição dos Subprogramas mostrou-se uma estratégia adequada, se considerarmos os resultados obtidos pelo Banco nos cinco primeiros anos do Programa. Também envolveu uma preocupação em trabalhar com investimentos indexados à moeda estrangeira, que raramente se mostram viáveis por conta do risco cambial assumido pelo empreendedor, que estaria sujeito a um descasamento entre receitas (em reais) e obrigações (em moeda estrangeira). Apesar de ser visto inicialmente como um desafio importante, os investimentos indexados a moedas estrangeiras acabaram mostrando-se viáveis do ponto de vista dos clientes e se tornaram motivação para o aumento da capacidade técnica e operacional do Banco, que hoje consegue desempenhar essas operações de forma rotineira.

Por fim, o terceiro grupo de desafios se refere à dúvida de que haveria mercado para a nova linha de crédito, considerando ser um novo produto, o que poderia causar um atrito na conciliação das estratégias de curto e longo prazo do banco. Essa preocupação foi sendo superada na medida em que os números foram se consolidando, visto que “as metas quantitativas foram ultrapassadas” (Entrevistado G4) e que “o desempenho foi muito maior do que o esperado” (Entrevistado P3). Para tanto, foram usadas estratégias de mídia e de apresentações em eventos institucionais: “Eu participei de um evento que tinha um agente do BRDE, que fez uma apresentação das linhas que eles tinham disponíveis. Quando ele falou nessa linha eu, *pah*, tá. Depois, eu fiz contato com o BRDE.” (Entrevistado C3)

iv) Benefícios resultantes da criação da linha BRDE PCS

A decisão do BRDE de conceder vantagens em prazo e taxas para projetos com diferencial de sustentabilidade e, com isso, fortalecer seu papel no fomento do desenvolvimento sustentável resultou, segundo os entrevistados, em muitos benefícios para a instituição, para além dos impactos positivos sobre a economia, a inclusão social e produtiva, e a conservação ambiental da região onde o Banco atua. Os benefícios foram agrupados em duas grandes categorias. Uma destas categorias aponta para o fortalecimento institucional do próprio banco, com adoção de novos controles, instrumentos, aprendizados, fortalecimento das capacidades e por ter deixado de ser apenas “repassador do BNDES” (Entrevistado G3), podendo estabelecer suas próprias agendas, a exercer maior autonomia. Nesse ponto, um dos provedores de financiamento relata que, mais do que apenas a criação de um novo Programa, foi testemunha de como o Banco se fortaleceu com a adoção de uma agenda própria, compreendida e internalizada como relevante: “Quando a gente observa a instituição, a gente observa essa transformação, essa internalização da agenda da sustentabilidade. A transformação foi além do produto financeiro.” (Entrevistado P3).

A segunda grande categoria de benefícios envolve uma abertura do Banco, acessando novas fontes de recursos, um alinhamento com bancos multilaterais, e o posicionamento do Banco como protagonista neste contexto. Esse benefício possibilitou novas parcerias ao BRDE, gerando um sentimento de respeito e reconhecimento, facilitando acesso aos organismos e foros internacionais relacionados ao tema. Além de ter sido apresentado como exemplo de iniciativa brasileira na Conferência sobre Cooperação Sul-Sul para Produção e Consumo Sustentáveis, evento que reuniu países da América Latina e Caribe, Ásia e África (MMA, 2017), os entrevistados citaram como momento mais emblemático o reconhecimento do BRDE PCS como “modelo no setor financeiro brasileiro, pela Rede Brasil do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), em parceria com o Observatório Mundial e a PwC” (ABDE, 2018), em evento realizado na ONU, em 2018.

Apesar do reconhecimento, cabe aqui trazer um depoimento de um dos entrevistados, no sentido de que, em sua percepção, o BNDES poderia ter valorizado melhor o esforço feito pelo BRDE para fomentar essa política pública:

A experiência do BRDE é interessante porque ela conseguiu, de alguma forma, fazer com que as linhas de crédito incentivassem uma maior adesão de projetos. Então, acho que é uma experiência fantástica. Houve o reconhecimento pelo BNDES de que era uma ação voltada a fomentar a política de sustentabilidade, uma ação inovadora. Entretanto, o BNDES poderia ter utilizado essa ação do BRDE como referência para outros agentes financeiros. Ele poderia ter trabalhado com a ABDE, para incentivar o uso desse desenho que foi feito pelo BRDE e dar escala. (Entrevistado P3)

6. CONTRIBUIÇÃO TECNOLÓGICA-SOCIAL

Nesse trabalho tivemos como objetivo compreender, com base no estudo da experiência de criação e implementação da linha de crédito BRDE PCS, como uma instituição financeira consegue, sem a utilização de recursos não reembolsáveis ou de fundos externos (fundos constitucionais e outros), financiar projetos alinhados à sustentabilidade. Com esse propósito, foram analisados relatórios e documentos relevantes do BRDE, além de outros materiais, e realizadas entrevistas com dirigentes e funcionários, clientes e provedores de *funding*, para entender as motivações da criação do Programa BRDE PCS, para conhecer a percepção dos diferentes *stakeholders* sobre o papel dos bancos de desenvolvimento no financiamento de projetos sustentáveis, para entender os desafios enfrentados pela instituição na criação e implementação da linha de crédito e, finalmente, para conhecer os benefícios que o Programa proporcionou para o próprio Banco, os clientes e a política pública apoiada pelo BRDE PCS.

Englobando essas diferentes esferas, o BRDE demonstra que é possível a um banco financiar esse “novo” tipo de desenvolvimento, cujo conceito é mais amplo e no qual desenvolvimento e meio ambiente deixam de ser considerados como duas realidades antagônicas, e passam a ser complementares (LAYARGNES, 1997). O BRDE PCS vem mostrando que é possível fomentar um desenvolvimento embasado em uma visão de longo prazo, promovendo prosperidade e a redução da pobreza (PANGESTU; SARAN, 2022). O estudo mostrou que existe ainda uma “crise de identidade” subjacente frente ao papel de um banco de desenvolvimento, razão pela qual são encontradas resistências na oferta de crédito com condições que reduzem os ganhos financeiros. Como a relação entre a adoção de práticas de responsabilidade socioambiental e o desempenho econômico das instituições financeiras carece de indicadores e experimentação empírica, os bancos ainda tratam o assunto com relutância. Apesar dessa crise existencial, relatada por um dos funcionários, e da importância da performance econômico-financeira para a manutenção das atividades, o BRDE mostrou que não apenas o lucro financeiro deve ser usado como medida de seus resultados, sendo “a maximização do bem-estar social e o desenvolvimento econômico os objetivos primordiais dos bancos de desenvolvimento” (FERRAZ; ALÉM; MADEIRA, 2013, p. 11).

A análise dos dados e resultados revela alguns pontos bastante interessantes e ajuda a compreender como é possível a uma instituição financeira pública ser inovadora e adotar políticas de crédito que contribuem para a sustentabilidade, mesmo sem o auxílio de subsídios ou recursos doados por terceiros. Sem ter sido signatário do Protocolo Verde, o qual deu início à elaboração dos instrumentos sustentáveis no financiamento no Brasil (BRAGA, 2014), o BRDE decidiu financiar o desenvolvimento com sustentabilidade, por meio de linhas de crédito e programas que promovem a qualidade de vida da população, o uso sustentável dos recursos naturais e a proteção ambiental, e fomentou políticas e práticas socioambientais multiplicadoras, que servem de exemplo de desenvolvimento sustentável para as demais instituições concedentes de crédito oficial (PORTAL DO MEIO AMBIENTE, 1995). Vale ressaltar que, no caso do BRDE, o direcionamento de crédito para projetos que conciliem objetivos econômicos com inclusão social e conservação ambiental não foi um “mecanismo de presença do Estado no sistema financeiro” (BARROS; SILVA; OLIVEIRA, 2018, p. 11), e sim um instrumento desenvolvido e implementado pelo Banco que contribui para uma política pública relevante.

Os resultados da implementação do Programa BRDE PCS têm demonstrado que o papel dos bancos na conquista do desenvolvimento sustentável pode ser significativo, considerando o papel intermediário que eles desempenham na sociedade, podendo essa influência ser quantitativa, mas também qualitativa, pelo seu impacto no crescimento econômico (JEUCKEN, 2015). No caso do BRDE, essa influência e impactos positivos têm sido percebidos não apenas no nível do próprio Banco, com o fortalecimento de sua autonomia, capacidade e identidade, como pelos clientes que tomaram crédito do Programa e na sociedade em geral, com impactos positivos em áreas como energias renováveis, gestão sustentável de resíduos, práticas sustentáveis na agricultura e muitas outras.

Os desafios, no entanto, parecem mais afetos à resistência a mudanças e à introdução de novas burocracias e controles. Uma vez superadas essas dificuldades, com o apoio de assistência técnica, com a atuação decidida e firme dos dirigentes, e a percepção crescente da importância do Programa vis-à-vis à missão do Banco, não apenas as resistências foram superadas como os funcionários passaram a engajar-se e a atuar proativamente na disseminação e na evolução do Programa. Embora não tenha sido objeto específico dos questionamentos ou de análise, a atitude dos dirigentes, firme, decidida, informada, orientadora e “inspiradora”, se constitui em elemento bastante relevante para que um projeto como esse seja bem-sucedido.

Este trabalho mostrou que a percepção inicial sobre a importância da iniciativa do BRDE com a criação do Programa BRDE PCS não apenas estava correta, como é compartilhada

por todos os *stakeholders* ouvidos, mesmo em se considerando a limitação do escopo do estudo. Mostrou também que há muitas questões que justificariam novas pesquisas, tais como uma análise mais recente e profunda sobre as práticas das instituições financeiras brasileiras relativas à sustentabilidade e responsabilidade socioambiental, e a identificação de indicadores que ajudem a testar a relação positiva entre a adoção de ações de RSC e o desempenho financeiro das corporações.

O alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)^{ix} e das Contribuições Nacionalmente Determinadas no âmbito do Acordo de Paris exige a mobilização de recursos financeiros em montantes muito acima dos disponibilizados até o momento para que os países consigam avançar nos compromissos globais assumidos. Considerando os resultados obtidos pelo BRDE PCS e o estabelecido na Resolução CMN nº 4.327/2014, o Banco Central do Brasil, na qualidade de regulador do sistema financeiro, poderia avaliar a possibilidade de adotar medidas que promovam – e quem sabe obriguem – as instituições financeiras a serem mais proativas e a fortalecerem seu papel no desenvolvimento sustentável do país. Uma estrutura adequada para o desenvolvimento financeiro sustentável também pode melhorar a estabilidade e a eficiência dos mercados financeiros, abordando adequadamente os riscos, bem como as falhas do mercado, como as externalidades (G20, 2018).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDE. *Guia Orientador sobre Políticas de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) para as Instituições do Sistema Nacional de Fomento.*, nº 1. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Desenvolvimento, 2018.

ABE, M.; RUANGLIKHITKUL, W. Developments in the concept of corporate social responsibility (CSR). *From corporate social responsibility to corporate sustainability: Moving the agenda forward in Asia and the Pacific*. Bangkok, Thailand: UN ESCAP, 2013. .

ALMEIDA, H. J. L. DE; JUNIOR, E. R. DO N.; COSTA, A. DE J. B. Práticas de sustentabilidade corporativa no Brasil: análise das instituições financeiras integrantes do índice de sustentabilidade empresarial. *Revista Gestão e Desenvolvimento*, v. 14, n. 1, p. 84–99, 2017.

BARROS, L. A. B. DE C.; SILVA, C. K. DOS S.; OLIVEIRA, R. DE F. *Presença Estatal no Mercado de Crédito: o papel dos bancos públicos e do crédito direcionado na crise de 2008*. Trabalhos para Discussão 488. Brasília: Banco Central do Brasil, 2018.

BCB. Resolução n. 3.786. . Banco Central do Brasil. Brasília. , 2009. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2009/pdf/res_3786_v1_O.pdf>.

BCB. Resolução n. 4.327. . Banco Central do Brasil. Brasília. , 25 abr. 2014. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2014/pdf/res_4327_v1_O.pdf>.

BERTONCELLO, F. R. DA M.; CARNIO, T. Intervenção estatal financeira e desenvolvimento sustentável: os desafios de uma primeira resolução socioambiental editada no Brasil. *Cadernos de Direito Actual*, n. 7, p. 77–98, 11 set. 2017.

BHATTACHARYA, Amar; STERN, Nicholas. The COP26 meeting in Glasgow may usher in a new era of sustainable development. *Finance & Development*, 2021. , p. 4.

BOWEN, H. R. *Social Responsibilities of the Businessman*. [S.l.]: University of Iowa Press, 1953.

BRAGA, C. O. *Protocolo Verde: as Instituições Financeiras e a Promoção da Sustentabilidade Ambiental no Brasil*. 2014. 163 f. Dissertação – Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste UFPE, Recife, 2014.

BRDE. *Relatório de administração 2011*. . Porto Alegre: BRDE, 2012.

BRDE. *Relatório de administração 2012*. . Porto Alegre: BRDE, 2013.

BRDE. *Relatório de administração 2013*. . Porto Alegre: BRDE, 2014.

BRDE. *Relatório de administração 2014*. . Porto Alegre: BRDE, 2015.

BRDE. *Relatório de administração e socioambiental 2016*. . Porto Alegre: BRDE, 2017.

BRDE. *Relatório Socioambiental 2015*. . Porto Alegre: BRDE, 2016.

CARLOS, M. DA G. DE O.; MORAIS, D. O. C. DE. Responsabilidade social em instituições financeiras e investimentos responsáveis em tempos de pandemia. *Revista Gestão e Desenvolvimento*, v. 18, n. 2, p. 26–55, 5 maio 2021.

CARROLL, A. B.; SHABANA, K. M. The Business Case for Corporate Social Responsibility: A Review of Concepts, Research and Practice. *International Journal of Management Reviews*, v. 12, n. 1, p. 85–105, mar. 2010.

DIREC/BRDE. Resolução n. 2.411. . BRDE. Porto Alegre. , 2015.

FERRAZ, J. C.; ALÉM, A. C.; MADEIRA, R. F. A contribuição dos bancos de desenvolvimento para o financiamento de longo prazo. *Revista do BNDES*, v. 40, n. dez, p. 5–42, 2013.

FRIEDMAN, Milton. A Friedman doctrine-- The Social Responsibility Of Business Is to Increase Its Profits - The New York Times. *The New York Times*, New York, 13 set. 1970. SM, p. 11.

GILLAN, S. L.; KOCH, A.; STARKS, L. T. Firms and social responsibility: A review of ESG and CSR research in corporate finance. *Journal of Corporate Finance*, v. 66, p. 101889, fev. 2021.

GREEP, H. *Equator compliant climate destruction: how banks finance fossil fuels under the Equator principles*. . Nijmegen: BankTrack, 2021.

HERMANN, J. *O papel dos bancos públicos*. Textos para Discussão CEPAL – IPEA. Brasília: CEPAL Escritório no Brasil/ IPEA, 2010.

INÁCIO, L. DA S.; DELAI, I. Práticas de finanças sustentáveis: Um estudo dos seis maiores bancos brasileiros. In: XIX ENGEMA, 2017, [S.l: s.n.], 2017.

INFANTE, C. E. *et al*. A Inovação da Sustentabilidade nos Bancos Brasileiros e Internacionais. v. 02, n. 11, p. 10, 2010.

JEUCKEN, M. *Sustainable Finance and Banking The Financial Sector and the Future of the Planet*. [S.l.]: Routledge, 2015.

LAYARGNES, P. P. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de uma conceito? *Proposta Rio de Janeiro*, v. 25, n. 71, p. 5–10, 1997.

LEMME, C. F. *O Papel do Setor Financeiro na Promoção de uma Economia Sustentável no Brasil*. Apoio ao governo brasileiro no preparo para a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2012.

NOGUEIRA, J. M.; ZUCHI, P. H.; IMBROISO, D. Crédito Bancário, Risco Ambiental e Sustentabilidade Empresarial: o caminho percorrido pelas instituições financeiras no Brasil. In: ENGEMA, 2015, [S.l: s.n.], 2015.

OLAF, W. Sustainable finance and the SDGs: The role of the banking sector. *Achieving the Sustainable Development Goals*. [S.l: s.n.], 2019. p. Routledge.

PANGESTU, Mari Elka; SARAN, Samir. Setting a path to green, resilient and inclusive development. *World Economic Forum*, Davos, 18 jan. 2022.

PORTAL DO MEIO AMBIENTE. Protocolo Verde. , 1995.

TORRES FILHO, E. T. Crédito direcionado e direcionamento do crédito: situação atual e perspectivas. *Revista do BNDES*, v. 13, n. 23, p. 35–50, jun. 2006.

UNCTAD. *The Continuing Relevance of Development Banks*. Policy Brief., nº 4. [S.l: s.n.], 2012.

WAJNBERG, D.; LEME, C. F. Exame da divulgação do relacionamento entre iniciativas socioambientais e desempenho financeiro corporativo nos bancos brasileiros. *Environmental and Social Management Journal*, v. 3, n. 1, p. 53–69, 1 abr. 2009.

ⁱ Atualmente, em sua 4ª edição, os Princípios do Equador são adotados por 127 instituições bancárias, de 38 países. No Brasil, 6 bancos são signatários: Banco Bradesco, S.A., Banco do Brasil, Votorantim S.A., BTG Pactual, Caixa Econômica Federal, Itaú Unibanco S.A.

ⁱⁱ A divulgação de acordo com as recomendações da TCFD conta hoje com 2.600 apoiadores, em 89 países.

ⁱⁱⁱ Num contexto corporativo, a definição de trabalho net zero é geralmente aceita como um estado em que as atividades dentro da cadeia de valor de uma empresa resultam em nenhum impacto líquido sobre o clima em função das emissões de carbono.

^{iv} A CDP é uma instituição sem fins lucrativos que administra o sistema de divulgação global para investidores, empresas, cidades, estados e regiões para gerenciar seus impactos ambientais.

^v O Acordo de Paris é um tratado no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, aprovado em 2015, que rege medidas de redução de emissão de gases estufa a partir de 2020, a fim de conter o aquecimento global abaixo de 2 °C e reforçar a capacidade dos países de responder ao desafio.

^{vi} Para o PNUMA, economia verde é definida como de baixo carbono, eficiente em termos de recursos e socialmente inclusiva.

^{vii} Programa do Ministério do Meio Ambiente cujo objetivo era promover e incentivar as instituições públicas no país a adotarem e implantarem voluntariamente ações na área de responsabilidade socioambiental em suas atividades internas e externas.

^{viii} O BNDES conta com duas subsidiárias integrais: a Finame e a BNDESPAR. Juntas, as três empresas compreendem o chamado Sistema BNDES.

^{ix} Entre 3,3-4,5 trilhões de dólares por ano precisam ser mobilizados se esperamos alcançar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (PNUD, 2018).